

LÍNGUA MATERNA OU MADRASTA?: a língua da escola e a variação lingüística

Águeda Aparecida da Cruz Borges¹

RESUMO: O texto *Língua Materna ou Madrasta? A língua da escola e a variação lingüística* propõem uma reflexão sobre a língua trabalhada na escola e a variação lingüística, com base nos *Subsídios à Proposta Curricular para o 2º Grau*, da Secretaria de Estado de Educação-Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas-UNICAMP, 1978-vol. IV. Abordamos alguns aspectos relacionados ao conceito de Norma, apontamos avanços no ensino de Língua Materna desde 1978-data do documento base-e sugerimos metas para um trabalho que considere, além da Língua de Prestígio, as variantes lingüísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino, Norma Culta, Variação Lingüística

ABSTRACT: The text *Língua Materna ou Madrasta? A língua da escola e a variação lingüística* has as a propose a reflection about the language that is taught in schools and the linguistic variation, based on *Subsídios à Proposta Curricular para o 2º Grau* da Secretaria de Estado de Educação-Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas-UNICAMP, 1978-vol.IV. We broach some aspects related to the Concept of Normative Language, we point the advances in the teaching of mother Language since 1978- date of the base document- and we suggest goals to a work that considers, beyond the Language of Prestige, the linguistic variants.

KEY-WORDS: Teaching, Normative Language, Linguistic Variation.

A discussão que propomos neste texto não é de hoje, mas continua atual: a **produção escrita na escola e o ensino da Língua Materna**.

Escrever um texto, em situação de sala de aula, ainda se reduz, em grande dimensão, à proposição ou mesmo imposição de um tema sobre o qual o aluno aplica conceitos e regras gramaticais já apresentadas pelo professor e supostamente aprendidas, fato que vem mantendo o ensino da língua numa visão tradicionalista e fragmentada. Currículos escolares separam em disciplinas distintas gramática e redação e, às vezes, acontece, numa confusão desinformada de se apresentar uma disciplina, também à parte, de Língua Portuguesa.

Para sustentar a reflexão, mesmo diante da significativa produção publicada nos últimos tempos sobre a contribuição da Sociolingüística nos estudos referentes ao ensino da língua materna, resolvemos recuperar um documento, o qual tivemos a oportunidade de estudar, e que consideramos relevante ao nosso propósito: os **Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa Para o 2º grau** da Secretaria de Estado de Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – UNICAMP. SP, 1978, Vol. IV.

Extraímos do documento algumas considerações em torno da norma lingüística, em 5 aspectos:

1. Conceito de norma;
2. Preconceito sobre a norma;
3. Norma e ideologia;
4. A constituição da norma culta do português brasileiro;
5. O ensino da variação lingüística e da norma culta.

Em relação ao primeiro aspecto: **Conceito de Norma**, parte-se do princípio de que há dois tipos de conceito: um amplo e um estrito. O primeiro (conceito amplo) corresponde à necessidade que um grupo social tem de assegurar a linguagem adulta, ou seja, a linguagem que é aceita nas relações de comunicação.

Um modo de processar essa seguridade, segundo o que consta na proposta, seria observar a criança, em situação de aprendizagem, quando ela tende a “simplificar” o sistema lingüístico em analogias do tipo “eu sabo”, “eu fazi”, não a pressionando a falar como o adulto, mas criando condições para que ela perceba a diferença, com base na linguagem aceita como padrão.

O segundo (conceito estrito) é o que se refere aos usos e aspirações da classe social de prestígio, determinados por razões políticas, econômicas e culturais. Cabe, aqui, explicitar que é a norma culta ou “pedagógica”, aquela que vem descrita em gramáticas e dicionários, daí ser chamada também de “norma gramatical ou prescritiva”, a que a escola prioriza.

Acrescenta-se à constituição do **conceito de norma** dois ingredientes básicos: o primeiro corresponde ao dialeto da classe de prestígio, chamado também de “norma objetiva”, “norma explícita” ou “padrão real”. O segundo é o que diz que a norma representa a atitude que o falante assume frente à forma como fala a classe social de prestígio.

Aquele que sabe, “pessoas de cultura”, espera que os outros possam melhorar sua execução lingüística e adequá-la de acordo com cada situação. Nesse caso “implícita”, “padrão social”.

O segundo aspecto: o **preconceito sobre a norma** recebe um tratamento com base em respostas dadas, por professores de primeiro grau, a um questionário apresentado pela equipe responsável pelos Subsídios.

Acompanhando a trilha dos autores, fizemos também uma entrevista com professores da mesma categoria e verificamos o que eles pensam, hoje, sobre o assunto. Identificamos os professores entrevistados pela equipe responsável pela elaboração dos Subsídios, em 1978 com **A**, e com **B** os entrevistados agora, maio de 2004, ou seja, 26 anos depois, e veja o resultado em alguns exemplos, quando se pergunta sobre o uso ou não da norma:

A- “a norma constitui o português correto; tudo que foge a norma representa um erro”.

B- “acho um horror, quem fala errado, para mim tem que corrigir”.

Não é nosso objetivo analisar as repostas dadas pelos professores, mas deixar que o leitor reflita sobre elas, considerando todas as discussões já realizadas, por exemplo, sobre a questão do **erro** e da **variação lingüística**, quando muitos estudiosos tomaram como investigação a língua e seu uso em contextos sociais.

Ainda, de acordo com a proposta eixo deste texto, o apagamento de uma modalidade em função de outra, é despersonalizador, leva o aluno a entrar em conflito com o meio em que vive. Além disso, é importante salientar que o prestígio social não é estável, pois pode mudar conforme o que ocorre em cada época.

Seguimos apresentando mais uma seqüência **A** e outra **B**, que respondem se há um português melhor que outro, dependendo do lugar onde é usado:

A-O bom português é aquele praticado em determinada região. Se compararmos Portugal ao Brasil, o português europeu é mais correto, basta ver como se colocam bem os pronomes por lá, e ainda se faz a concordância e se conjugam os verbos com perfeição. Agora, se ficarmos no Brasil, o melhor português é o do Rio de Janeiro. Ou o de São Luiz do Maranhão.

A - Mas é claro que o povo do Rio de Janeiro fala melhor do que o de Cuiabá... Também a gente fica aqui aonde o Judas perdeu as Botas e nem teve coragem de buscar.

Como podemos perceber nas respostas dos/as professores/as, a variedade sobre a qual comentam tende a ser da língua falada. Há um deslocamento do social para o geográfico, dessa forma precisaria se eleger normas padrões para cada região? Pensemos: como seria esse trabalho, uma vez sendo o nosso país tão extenso e diverso?

Na seqüência a pergunta se direciona à língua escrita, observemos o que se pensa, ainda:

A - O bom português é aquele exemplificado nas chamadas épocas de ouro da literatura. Os séculos clássicos. Depois dos clássicos veio a decadência da Língua Portuguesa.

B - Não tenho dúvida de que antigamente o português era mais culto, hoje se aceita tudo, qualquer escritorzinho publica e... tem muito professor, os novos, que só trabalham isso, tem aluno que não conhece um Machado de Assis.

Certas confusões podem ser detectadas nos enunciados. Uma delas remete a questão de que correto é o português escrito; outra é a que deixa pressuposto que o português culto é o de épocas passadas. Um outro equívoco se liga ao fato de estar dito, no mesmo trecho, que a língua entra em período de decadência, fica pior.

Bagno (2001), tratando do *Preconceito lingüístico*, coloca que vivemos uma forte tendência em combater as mais diversas formas de preconceito, resultados da ignorância, intolerância ou manipulação ideológica e que, infelizmente essa luta não tem afetado o *preconceito lingüístico* tão comum no modelo de sociedade em que vivemos. O autor acrescenta que contrariamente, ele vem sendo cultivado diariamente em programas de televisão, rádio, em colunas de jornais e revistas, em livros e manuais que pretendem ensinar o que é “certo” e o que é “errado”, não esquecendo do

modo como são usados os instrumentos tradicionais de ensino da língua: a gramática normativa, e os livros didáticos.

Em relação ao terceiro aspecto, **Norma e ideologia**, a abordagem é feita atribuindo os preconceitos descritos no aspecto anterior, ao fato da gramática normativa ter antecedido à lingüística, o que sustenta o ensino tradicionalista.

A partir de um levantamento de definições sobre norma, em algumas gramáticas, e verificando-se que tais definições manipulam critérios extralingüísticos os autores da proposta curricular que norteia a nossa discussão propõem algumas concepções para ajudar a entender o funcionamento da ideologia na norma:

a) **Concepção Estética** – uso de palavras como “elegância”, “beleza” e outras dessa natureza, para mostrar o entendimento sobre norma prescritiva.

b) **Concepção Estilista ou Aristocrática** – é a que leva em conta a oposição entre classes elevada X povo, no que diz respeito ao modo de falar. O que subjaz esta concepção, são sentimentos de estratificação social de “diferença” social.

c) **Concepção Purista** – é a que pressupõe que tudo o que já passou é melhor. O vocabulário de referência para os puristas é: “vernaculidade”, “tradição”, “os antigos”, “os clássicos”.

d) **Concepção Naturalista** – esta entende a língua como um ser vivo, que sente e que se maltratada é capaz de ameaçar a integridade nacional. Considera a correção lingüística como suporte do seu “desenvolvimento”, se não há a correção ocorre a “corrupção” da língua = uma “ofensa” à gramática. Acrescenta-se, ainda, que uma nação indiferente à correção gramatical “deteriora-se”, “estiola-se” “delinqüe”.

e) **Concepção Objetiva** – diferente das outras concepções expostas manipula, principalmente, critérios lingüísticos. Nela a língua culta é considerada somente como uma variedade a mais, que toma corpo, pelo prestígio.

O quarto aspecto apresentado que trata da **constituição da norma culta do português do Brasil** a remonta ao período colonial, quando a norma idiomática era de Portugal, principalmente em relação à literatura. Os escritores brasileiros tinham como público os portugueses, já que no Brasil o número de não alfabetizados era grande, as escolas poucas e

precárias.

As pessoas que dispunham de condições estudavam em Lisboa ou Coimbra, portanto era a **língua luso** que representava o **padrão**.

No percurso traçado o quadro só mudou após o modernismo, mas, mesmo assim, os escritores não ficaram livres da reação. A primeira afirmação de brasilidade de nossa linguagem foi promovida pelo Romantismo, mas os que cultivaram um português classicizante, ligados ao Parnasianismo e Simbolismo, reagiram contra.

Criou-se, nesse período, a Academia Brasileira de Letras que objetivava conservar o clássico, evitando os fatores de diversificação.

Nessa época Graça Aranha propõe a elaboração de um dicionário com vocábulos e expressões da linguagem corrente brasileira, sem portuguesismo, fato que motivou seu rompimento com a Academia.

Os modernistas seguem buscando o sentido brasileiro da língua portuguesa. O resultado dessa busca foi, primeiro, diminuir a distância entre língua falada e língua escrita literária, e depois elevar a categoria de estilo nacional em relação ao que era antes considerado erro ou ignorância de brasileiros – isso ligado ao estrato do personagem.

Estendeu-se também ao estrato do narrador, quando a linguagem coloquial entra na língua literária, contrariando as imposições da gramática prescritiva tradicional.

O quinto e último aspecto colocado: **O Ensino da Variação Lingüística e da Norma Culta**, o que nos motivou a percorrer o documento tem firmeza no registro de que desde o início da educação brasileira, as classes mais favorecidas são as privilegiadas.

Há um tempo atrás o estudo obrigatório era até a 8ª série, o secundário era freqüentado pelas pessoas de classe média alta, moradores da cidade e, que já tinham no seu uso cotidiano a norma culta.

Os livros didáticos, como ainda acontece atualmente, também eram destinados a essa classe.

A expansão dos alunos de 1º grau, nos últimos tempos, traz para a escola alunos de todos os tipos, de todos os grupos sociais.

Conforme o que demonstra o material estudado, essa diversidade de alunos, resultou num simples “abaixamento de nível”. Que não se leva em conta a mudança no dia-a-dia escolar, que os livros didáticos continuam os mesmos e

que os professores permanecem insensíveis à mudança dos alunos.

A preocupação em rerepresentar essa discussão se pauta justamente nessa questão, como colocamos no início, tão antiga e tão nova.

Para dar mais vida ao ensino, nessa situação, nós propomos que se considere dois elementos básicos: o estudo da variação lingüística e o ensino da língua materna.

Por ser o Brasil formado de comunidades diferenciadas, a pesquisa sociológica e antropológica extrairia, desse campo diverso, elementos bastante ricos para o ensino da língua materna,

Aqui, existe um espaço fértil para a cultura popular, como por exemplo, a literatura de cordel e todas literaturas orais, que podem ser utilizadas em sala de aula, ampliando, dessa forma, o repertório lingüístico dos alunos.

Em relação ao ensino da norma, é necessário avaliar o material didático, o professor tem que estar em capacitação constante, procurar, num contexto diversificado, alternar, o que o aluno costuma usar, com a norma culta, dependendo da situação.

Com o intuito de contemplar o presente estudo, convém considerar os avanços que já houve desde 1978, quando foram elaborados os Subsídios e o quanto eles foram importantes para a promoção de visões mais amplas sobre o ensino da língua como, por exemplo, o que propõe Suassuna: (In: Valente, 2000, p. 193)² :

Faz-se necessário que a política educacional leve em conta no que tange a língua materna, o fenômeno da variação lingüística, **nós acrescentamos, além do que se propõe nos PCN's**, é preciso incorporar, aos processos e materiais pedagógicos, os diversos usos que se pode fazer da língua, como prática social que ela é.

Outros princípios ainda têm que ser considerados. Ensinar e aprender a produz textos não se limita ao uso de técnicas, nem regras, é preciso compreender por que e para que se escreve, que função tem a escrita no conjunto das demais práticas sociais.

À escola cabe garantir a historicidade do sistema lingüístico e dar ao ensino da língua escrita, que ela prima, um caráter dialógico, que resulte da interpretação/explicação das coisas do mundo.

Ou, em outras palavras, o processo

pedagógico deve criar condições/situações que levem os sujeitos a se apropriar do maior número possível de sistemas de referência por meio dos quais possa agir sobre/com os outros.

Nessa direção é que podemos situar o lugar da língua de prestígio, como mais uma outra possibilidade de compreensão/expressão, ao lado de tantas que a escola sempre deixou à margem.

Retomamos Suassuna (idem p.195) e elencamos algumas metas a serem perseguidas frente à realidade da variação lingüística, pedagogicamente:

- Superar a visão da língua como sistema homogêneo, e da gramática como descrição e julgamento definitivos sobre ela;
- Entender a dimensão social e cotidiana da prática lingüística;
- Compreender as condições sócio-históricas de constituição das variedades;
- Expor-se aos mais diferentes tipos de manifestação lingüística;
- Apreciar criticamente os diversos usos da linguagem e seus efeitos;
- Viver experiências que ampliem a competência na **lida** (grifo nosso) com as variedades,
- Fazer opções e seleções diante do conjunto do sistema lingüístico, em função dos contextos de interação;
- Expressar-se através dos mais diferentes registros.

E no sentido de enriquecer essa reflexão

Finalmente, para um ensino da língua materna, que pressuponha a variação lingüística conforme CASTILHO, o objetivo não é aprender a norma culta em vez do Português que se fala, mas sim, aprender a norma culta além do Português que se fala, ademais um pouco de bom senso, capacidade de observação e disposição para abrir mão de atitudes puristas em relação à língua só facilitará a nossa relação com ela e conseqüentemente com o outro.

BIBLIOGRAFIAS

BAGNO, Marcos. *O Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CASTILHO, A., GNERRE, M. & CAMACHO, R. (org). *Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa Para o 2º grau* da Secretaria de Estado



de Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – UNICAMP- SP, 1978, Vol.IV.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

LUFT, Celso Pedro. *Língua e Liberdade*. São Paulo, Ática, 1994.

ORLANDI, Eni (org.). *Política lingüística na América Latina*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1988.

SUASSUNA, Lívia. Variação lingüística e Produção de texto-um estudo de caso, In: VALENTE, André. *Aulas de Português: perspectivas inovadoras*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

NOTAS

¹ Professora Mestre de Lingüística da UFMT/ICLMA- Instituto de Ciências e Letras do Médio Araguaia.

² In: VALENTE, André. **Aulas de Português: perspectivas inovadoras**. Vozes, Petrópolis: 2000)

Aceito para publicação em 08/07/2004